



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Curso de Licenciatura em Administração Pública

**Análise do Fundo de Desenvolvimento Distrital na criação de
emprego e renda: O caso do Distrito de Marracuene, (2010-
2013)**

Licenciando: Selito Jerónimo Sualehe
Supervisor: Arlindo Langa, MSc

MAPUTO
2015

Trabalho de Fim de Curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Licenciando: Selito Jerónimo Sualehe

Júri

O Presidente _____

O Supervisor _____

O Oponente _____

Maputo, Setembro de 2015

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei para a elaboração do mesmo.

O Licenciando

(Selito Jerónimo Sualehe)

Maputo, Setembro de 2015

EPÍGRAFE

“ Não há evidência clara a demonstrar que a política de investimento socialmente mais vantajosa coincida com a mais lucrativa ”

(JOHN MAYNARD KEYNES)¹

¹John Maynard Keynes (1883-1946), foi um economista britânico cujas ideias serviram de influência para a Macro economia moderna, tanto na teoria quanto na prática, Ele defendeu uma política económica de Estado intervencionista, através da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos económicos-recessão, depressão e booms.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais Jerónimo Sualehe e Arminda Raisse, pessoas de grande carácter, personalidade, sabedoria que despertaram em mim e ensinaram o gosto pela leitura, e sacrificaram para que eu pudesse transformar o sonho da licenciatura em realidade.

As minhas irmãs Lúcia, Olga e Sarita, pelo apoio incondicional que me ofereceram durante estes longos anos na academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Em primeiro lugar, à Deus, pelo dom da vida e pela protecção que tem me proporcionado, pelo amor, força e coragem que nos proporcionou à concretização desta monografia.

Cabe-me, em segundo lugar, agradecer ao meu supervisor professor Arlindo Langa, MSc pela paciência e disponibilidade de tempo que teve para orientar este trabalho. Este agradecimento prende-se também sempre com a sua boa disposição e responsabilidade que teve, para com a elaboração do respectivo trabalho.

Especiais agradecimentos vão para os tios Drs. Jone Sualehe, Marta Chiziane, Laura Nathima, Mária Sualehe, Policarpo André, Dalton da Cruz, Dionísio Muemedede, pelo apoio moral e material nos momentos difíceis da minha formação, vão também a toda família que compreendeu a minha ausência nos convívios familiares.

O próximo agradecimento vai para os funcionários da administração do distrito de Marracuene, pela autorização da pesquisa e colaboração no momento da recolha dos dados. Aos Senhores Nazaré Mabjaia, Calisto Chinguvo, Cândido Sevene, todos da repartição e Finanças, e ao Sr. Diogo Cavele, técnico afecto ao serviço distrital de actividades económicas.

São também dignos de um grande agradecimento os meus colegas e amigos, os companheiros de sempre nessa longa caminhada. Os meus colegas de grupo, Alexandre Zandamela, Boavida Penicela, Edia Rungo, Elí Bié, Ismael Houana, Lomba Saúl, Onofre Muianga (o Kota), aos amigos e colegas, António Tsamuele, Elias Langa, Carlota Delane, Filipe Matuassa, Dickson António, Valente Nhampalela, Cloves Maguenhe, Artur Chichava, Sebastião Massequece, Zito Pedro.

Agradeço igualmente aos meus primos, Camilo Yalamane, Rassul Sualehe, Luciano Amade, Nelson Amade, Ácia Gaspar, Albertina Sualehe, Farias Gaspar, Fernandel Gaspar, Abdul Cadre, pelo incentivo e apoio incondicional.

Por fim, os meus agradecimentos são extensivos há todos que se dispuseram em prestar entrevistas bem como na disponibilização de documentação relevante para elaboração do trabalho, o meu muito obrigado.

Por tudo e a todos, muito obrigado

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCD-----	Conselho Consultivo Distrital
CCL-----	Conselho Consultivo Local
DNEAP-----	Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas
ETD-----	Equipa Técnica Distrital
FDD -----	Fundo de Desenvolvimento Distrital
INE-----	Instituto Nacional de Estatística
INEFP-----	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
IFTRAB-----	Inquérito Integrado à Força de Trabalho
MPD-----	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MF-----	Ministério das Finanças
MAE-----	Ministério da Administração Estatal
OILL-----	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
NUIT-----	Número Único de Identificação Tributária
ONG'S-----	Organizações não Governamentais
PQG-----	Plano Quinquenal do Governo
PEDD-----	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.
PESOD-----	Plano Económico-Social e Orçamento Distrital
PES-----	Plano Económico e Social
PRE-----	Programa de Reestruturação Económica
PROL-----	Programa de Reforma dos Órgãos Locais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Desemprego registado pelo INEFP-Machava 2010-2013----15

Tabela 2: Emprego inscrito e colocações por sexo e categorias-----15

Tabela 3: Impacto sócio-económico do FDD em Marracuene-----28

Tabela 4: Resumo global de projectos financiados por sectores-----34

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Total de emprego e desemprego registado INEFP Maputo-Cidade— 16
- Gráfico 2:** Percepções dos funcionários e dos residentes entorno do FDD-----31
- Gráfico 3:** Representação gráfica dos projectos e empregos criados-----32
- Gráfico 4:** Distribuição total dos projectos ao nível do Distrito-----33

RESUMO

O presente trabalho analisa o Fundo de Desenvolvimento Distrital no âmbito da criação de emprego e renda, especificamente no Distrito de Marracuene (Província de Maputo) no período de 2010-2013, tomando como base a teoria funcionalista. Com efeito, o Fundo de desenvolvimento Distrital (FDD) surge no contexto do aprofundamento do quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no país. Em 2006, o Governo de Moçambique definiu que os distritos são o pólo de desenvolvimento e como base de planificação institucionalizou-se o orçamento de investimento de iniciativa local (OILL) que mais tarde passou a designar-se Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) isto em 2009, como sendo instrumento ou mecanismo de desenvolvimento das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. Todavia o estudo constatou que o FDD melhorou os níveis de emprego e renda das comunidades do distrito, os beneficiários deste fundo conseguiram criar postos de emprego assim como dinamizaram a sua renda familiar, o mesmo constatou também que a participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD é fraca ou quase inexistente, devido a fraca capacidade institucional e técnica da máquina administrativa local, incluindo o CCD e a ETD.

Palavras-chave: *Descentralização, Desenvolvimento local, Emprego, Renda e Comunidades Locais.*

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	I
EPÍGRAFE	II
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS	IV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	V
LISTA DE TABELAS	VI
LISTA DE GRÁFICOS.....	VII
RESUMO.....	VIII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Nota Introdutória.....	1
1.2. Objectivos do Estudo	2
1.2.1. Objectivo Geral.....	2
1.2.2. Objectivos Específicos.....	2
1.3. Problema de Pesquisa.....	2
1.4. Hipóteses	3
1.5. Objecto e Delimitação do Estudo.....	3
1.6. Justificativa e Relevância	3
1.7. Metodologia	4
1.7.1. Método de Abordagem.....	4
1.7.2. Método de Procedimento.....	5
1.8. Técnica de Recolha de Dados	5
1.9. Tipo de Pesquisa.....	6
CAPÍTULO II: TEORIA DE BASE E CONCEITOS.....	7
2. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	7

2.1.	Revisão da Literatura	11
2.2.	Descentralização em Moçambique.....	13
2.3.	Emprego em Moçambique	14
2.4.	Definição da Amostra.....	17
2.5.	Estrutura do Trabalho.....	17
2.6.	Limitações do Estudo	18
CAPÍTULO III: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL DE MARRACUENE		
.....		19
3.	Apresentação, análise e discussão dos resultados	19
3.2.	Breve descrição geográfica do Distrito de Marracuene	19
3.2.2.	Divisão Administrativa	20
3.2.3.	Estrutura do Distrito.....	20
3.2.4.	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito (2009-2013)	21
3.3.	Orientações Metodológicas do Fundo de Desenvolvimento Distrital.....	22
3.4.	Papel dos Conselhos Consultivos Locais no processo de gestão do Fundo de Desenvolvimento Distrital.....	23
3.5.	Critérios de Selecção e Aprovação dos Projectos	25
3.6.	Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projectos.....	26
3.7.	Impacto sócio-económico do FDD em Marracuene	27
3.8.	Percepções dos funcionários e dos residentes sobre o Fundo de Desenvolvimento Distrital ao nível do distrito de Marracuene.....	29
3.9.	Representação gráfica dos projectos e empregos criados no período 2010-2013.....	32
3.9.1.	Distribuição total dos projectos 2010-2013.....	32
CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO		36
4.	Considerações Finais	36
4.1.	Recomendações Operacionais.....	37

Referências Bibliográficas.....	39
ANEXOS.....	43

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Nota Introdutória

O presente estudo insere-se na análise do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) na criação de emprego e renda, no distrito de Marracuene, 2010-2013.

A lei n° 8/2003, de 19 de Maio, bem como o regulamento aprovado pelo Decreto n° 11/2005, de 10 de Junho, estabelece que o Distrito é a base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique e tem enquadramento na política do governo, dado que o mesmo é o pólo de desenvolvimento, fundamentando - se pelo facto da maior parte da população nacional residem nos distritos, os recursos naturais estão no distrito, todas as acções do desenvolvimento programadas a qualquer nível realizam - se no distrito, é a zona rural onde se registam maiores índices da pobreza (Valá, 2009:36).

O Fundo de Desenvolvimento Distrital² tem em vista a materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do Distrito, especificamente no domínio da produção de alimentos e geração de rendimento, garantindo a criação de postos de trabalho a nível local. O mesmo é resultado do processo de descentralização na qual destina - se a captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital é resultado do processo de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação com vista ao envolvimento das populações ao nível local e tem a cobertura da Lei n° 8/2003 e do Decreto n° 11/2005. Assim entende - se que o FDD reforça o princípio do distrito como a base do desenvolvimento, na medida em que, pretende afectar recursos para a produção de alimentos, criação de emprego e geração de renda, de forma a contribuir para o combate à pobreza no país.

²O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), anteriormente designado por Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), e mais conhecido por Sete Milhões de Meticais.

1.2. Objectivos do Estudo

1.2.1. Objectivo Geral

- Analisar o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) na criação de emprego e a renda, no distrito de Marracuene.

1.2.2. Objectivos Específicos

- Analisar o impacto de implementação do FDD ao nível do distrito
- Compreender os critérios adoptados para atribuição do FDD.
- Avaliar o impacto sócio- económico do FDD ao nível do Distrito.

1.3. Problema de Pesquisa

Com vista a materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do distrito surge neste contexto o FDD, no quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no país, tomando por base a lei n° 8/2003, de 19 de Maio.

A luta pela criação de emprego tem em vista a redução dos índices de pobreza prevaletentes entre as populações. Este exercício é levado a cabo maioritariamente por políticas de combate a pobreza, visto que a falta de emprego está associada a pobreza, dado que em termos gerais uma pessoa sem emprego e ao mesmo tempo desprovida de rendimentos torna-lhe difícil custear necessidades básicas como alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação. O presente estudo toma a seguinte questão de partida:

Até que ponto o Fundo de Desenvolvimento Distrital pode melhorar os níveis de emprego e renda nas comunidades locais do Distrito de Marracuene? Ou por outra, em que medida os níveis de participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD, pode reforçar a capacidade dos órgãos locais do Estado?

1.4. Hipóteses

Para se dar resposta à questão exposta no problema toma-se as seguintes hipóteses:

H1. O FDD é um instrumento concebido pelo governo central, cujo os seus objectivos devem ser materializados para não comprometer os recursos para os fins por qual foram criados.

H2. O FDD aumenta as condições de vida das comunidades, assim como também cria o emprego e dinamiza a renda.

1.5. Objecto e Delimitação do Estudo

O processo de alocação de fundos tendo em vista ao financiamento de projectos de iniciativa privada aos distritos ganhou mais ênfase em 2006 com a institucionalização do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), que mais tarde passou a designar – se Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) isto em 2009, como sendo instrumento ou mecanismo de desenvolvimento das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis.

O objecto de estudo da presente monografia é o Distrito de Marracuene no intervalo de 2010 à 2013.

1.6. Justificativa e Relevância

O Fundo de Desenvolvimento Distrital faz parte do processo de transferências intergovernamentais que suscita um debate teórico e tem sido privilegiado por vários autores, agências nacionais e internacionais de desenvolvimento. É um orçamento pelo qual Moçambicanos de diferentes regiões distritais do país podem ter acesso, criando deste modo oportunidade para a criação de projectos de desenvolvimento local, aumento da renda familiar e redução significativa da pobreza no seio das comunidades.

O interesse pelo tema surge pelo facto de a política de orçamentação tomando distrito como base de planificação ter sido desenhada no reconhecimento de que este constitui um instrumento

eficaz para a concretização do processo de desenvolvimento local associado ao combate à pobreza. Entretanto torna - se necessário compreender o processo da operacionalização do FDD ao nível dos distritos tomando em conta o seu desenho, tendo por base a capacidade e os procedimentos adoptados pelos distritos na prossecução dos seus objectivos.

Este estudo é relevante do ponto de vista social e científico. Na parte social procura perceber os grandes problemas a nível da gestão do FDD, problemas que têm sido reportados ao nível da comunicação social a partir da máquina administrativa do próprio distrito até ao nível central.

Do ponto de vista científico/ académico constitui um avanço ou contribuição para a compreensão da questão da descentralização, principalmente na parte dos fundos que tem sido alocados ao nível central até ao nível distrital para o seu desenvolvimento.

A demais, a escolha do Distrito de Marracuene deve-se a aproximação do local de estudo na qual permitiu o uso racional dos recursos, deve-se também pelas potencialidades que o mesmo apresenta, principalmente em termos económicos e geográficos.

1.7. Metodologia

Qualquer trabalho científico é orientado por princípios que possibilitam o alcance dos objectivos pré-definidos, e a metodologia é um instrumento fundamental na orientação do trabalho do género. Portanto neste capítulo apresentamos o conjunto de procedimentos metodológicos que tornaram possível a elaboração do presente estudo desde o método de abordagem, método de procedimento, técnica de recolha de dados, e o tipo de pesquisa.

1.7.1. Método de Abordagem

Este estudo orientou-se pelo *método dedutivo*. Segundo Marconi & Lakatos (2009) a dedução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados gerais, suficientemente constatados, infere-se uma verdade particular. Por tanto, todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação contida nas partes examinadas, isto é aproximação dos

fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares.

1.7.2. Método de Procedimento

A pesquisa procedeu-se com base no método Monográfico, que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A sua a investigação deve se ter em conta a examinar o tema escolhido, observando todos os factores que o influenciam e analisando-o em todos os seus aspectos (Ibidem).

1.8. Técnica de Recolha de Dados

Conforme Lakatos e Marconi (1999:41) cada método implica o emprego de várias técnicas. Assim, o presente trabalho foi também realizado com base na conjugação de algumas técnicas de pesquisa, nomeadamente a documental, a entrevista dirigida, o questionário e a observação sistemática directa.

A técnica documental é referente ao recurso às fontes primárias e fontes secundárias, sendo que das primárias fazem parte os arquivos públicos e particulares, as estatísticas oficiais, censos, etc. as secundárias englobam as obras e trabalhos elaborados, jornais, revistas e outros (Lakatos e Marconi, 1999:40).

Para a operacionalização deste trabalho recorreu-se como fontes primárias, aos informes e relatórios do governo Distrital e provincial sobre o processo de desconcentração do FDD; os estudos, relatórios e informes de grupos da sociedade civil sobre a matéria tanto a nível local como a nível nacional. Também constituíram parte deste grupo documentos estatísticos sobre os índices de emprego e desemprego em Moçambique, e instrumentos programáticos de políticas públicas em Moçambique.

Como fontes secundárias, seleccionou-se obras pertinentes de vários autores que retratam sobre a problemática do FDD.

Por sua vez a entrevista dirigida aos funcionários, residentes, membros do CCD/CCL, após a elaboração do questionário que visa o levantamento de dados através de perguntas escritas, cujas respostas serão fornecidas pelo pesquisado com contacto directo com o investigador. Neste contexto arrolamos os funcionários do governo distrital, os membros do concelho consultivo distrital, beneficiários do FDD, líderes comunitários e residentes de Marracuene.

1.9. Tipo de Pesquisa

O presente estudo tomou como base a pesquisa *quantitativa* que segundo Mattar (2001) citado por De Oliveira (2011) esta busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final de acção. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

CAPÍTULO II: TEORIA DE BASE E CONCEITOS

2. Enquadramento Teórico e Conceptual

Neste capítulo apresentar-se a linha teórica de orientação do estudo, os conceitos essenciais, a revisão da literatura relacionada com os aspectos sobre o processo de desconcentração e/ou descentralização, apresentar-se-á o processo de descentralização e do emprego em Moçambique, a definição da amostra, a estrutura do trabalho e as limitações do estudo.

Para perceber a análise do Fundo de Desenvolvimento Distrital na criação de Emprego e Renda para a comunidades do Distrito de Marracuene, toma-se como base a teoria Funcionalista.

Segundo Morreira (1997) o *Funcionalismo* preconiza a análise da articulação entre diferentes actores e intervenientes na prossecução dos objectivos da organização. Os agentes envolvidos no processo de tomada de decisão ao nível da organização devem interagir de acordo com as regras existentes dentro da organização.

Tendo em conta este pressuposto, a descentralização administrativa ou desconcentração em curso no país, que resulta das reformas implementadas visando essencialmente para resolver os problemas que emergem aos níveis mais baixos da administração do Estado, principalmente no meio rural onde habita a maior parte da população moçambicana.

A este respeito para Valá (2009:15), o Fundo de Desenvolvimento Distrital é um factor preponderante de mitigação e de capacidade de resposta numa perspectiva desenvolvimentista, com ênfase para o meio rural.

Com base na perspectiva funcionalista, a desconcentração e a própria planificação descentralizada contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local o aumento da capacidade de resposta do estado às diversas necessidades apresentadas aos níveis mais baixos da sua administração.

De acordo com os objectivos deste estudo, torna - se indispensável a definição dos seguintes conceitos: FDD, Emprego, Renda, Descentralização, Desenvolvimento, Desenvolvimento local, Planificação Participativa, e Concelho Consultivo Distrital.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) é uma dotação orçamental de âmbito distrital destinada a apoiar prioritariamente as pessoas pobres, economicamente activas, sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal. (Cip, 2011).

De acordo com o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Distrital, Capítulo I, artigo I, o FDD é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, funciona em cada distrito do país junto do governo Distrital.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital destina-se a captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. (Decreto nº 90/2009 de 15 de Dezembro).

Na óptica do INE (2006:23) através do inquérito de força de trabalho IFTRAB³, o conceito *Emprego* está ligado a ocupação, que é definido como o conjunto de funções e tarefas que desempenha um indivíduo no seu emprego ou local onde exerce a sua actividade económica, independentemente do ramo de actividade.

A conotação moderna do termo *emprego* reflecte a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transacções no mercado (Souza,1986:26). Portanto o emprego é um fenómeno da modernidade, visto que em tempo anterior ao advento da sociedade centrada no mercado, não era o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem necessariamente detentoras de emprego.

Na sociedade centrada no mercado nos nossos dias, como já foi dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive numa base de troca, isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver, ou pelo menos, o que seja possível adquirir para viver.

³O IFTRAB é uma pesquisa por amostragem realizada pelo INE, em colaboração com o Ministério do Trabalho realizado entre 2005-2006 e foi dirigido aos agregados familiares, e teve como objectivo recolher informações sobre a força de trabalho no País. Recolheu dados que permitem estimar o nível de emprego, desemprego, e sub emprego.

Entende-se por *Renda*, à remuneração paga aos factores produtivos (terra, trabalho de capital) pela sua participação no processo produtivo.

Segundo Guimarães (2000), a discussão sobre a descentralização é um processo complexo, multifacetado e geralmente gradual, estando presente em vários campos disciplinares. No seu sentido lato, a *descentralização* é a transferência de funções, responsabilidades, e as vezes do poder, dos escalões superiores do Estado para os escalões inferiores, dentro da cadeia de governação.

Para Faria & Chichava (1999:5) a *descentralização* pode ser definida como a organização das actividades da administração central fora do aparelho do aparelho do governo central, através de duas medidas: (i) *administrativas e fiscais* que permitem a transferência de responsabilidades e recursos para agentes criados pelos órgãos da administração central; (ii) *políticas* que permitem a atribuição pelo governo central, poderes, responsabilidades e recursos específicos para autoridades locais.

Neste caso, quando a descentralização não implica a definitiva transferência de autoridade, o poder de decisão, recursos, funções e património, para os órgãos subordinados da administração central, pode comprometer o desenvolvimento económico local.

Desenvolvimento é um processo complexo que engloba aspectos económicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade. Neste caso, a existência de crescimento económico não conduz nem se confunde com o desenvolvimento, na medida em que o ultimo exige a transformação profunda das estruturas económicas e sociais. Por seu turno, o desenvolvimento deve ser entendido como um progresso económico da sociedade como um todo (Diniz, 2006).

Segundo o MPD (2007), o *desenvolvimento* é um processo que consiste na transformação do fraco em forte ou do improdutivo ao produtivo com vista a gerar progresso, crescimento e expansão da economia. Por outras palavras pode-se entender o desenvolvimento como um processo de melhoria das condições de vida, de trabalho, de lazer, em fim, do bem-estar das comunidades que habitam uma determinada área.

De Carvalho Filho (1999) define *desenvolvimento local* como estratégia de valorização das potencialidades locais que possam impulsionar um novo padrão de crescimento económico dotado de sustentabilidade sócio ambiental.

Buarque (1997), citado por De Carvalho Filho (1999), afirma que o *desenvolvimento local* é um processo endógeno de mobilização de energias sociais na implementação de mudanças que contribuem para o aumento das oportunidades sociais e melhoramento das condições de vida no plano local, com base nas potencialidades e no envolvimento da sociedade nos processos decisórios.

Planificação participativa é o processo que consiste num envolvimento das comunidades através de uma melhor articulação entre estas e o governo local nas iniciativas do desenvolvimento local para corresponder as necessidades e prioridades da população tendo em vista a solução dos seus problemas (MPD, 2009: 52).

A *planificação participativa* aproxima as opções de governação aos anseios mais relevantes da população, bem como concretiza a apropriação e a fiscalização ou prestação de contas por parte dos órgãos governativos. Aliás, é uma das formas mais directa na solução de inúmeros problemas enfrentados na actualidade pelos Estados como Moçambique, na medida em que aumenta o espaço de decisão local, potência em princípio um maior envolvimento dos cidadãos e das forças vivas que residem em cada comunidade, na gestão e resolução dos problemas de natureza local (Faria & Chichava, 1999).

De acordo com a lei n° 8/2003, de 19 de Maio, e o seu respectivo regulamento, Decreto n° 11/2005, de 10 de Junho, o *Conselho Consultivo Distrital (CCD)* é uma instituição de participação e consulta comunitária de mais alto nível, que serve de espaço de diálogo e deliberação sobre as prioridades locais de desenvolvimento, entre o povo e as autoridades do governo local. Neste sentido, os CCD's são órgãos instituídos em cada distrito no âmbito da planificação participativa com vista a inclusão das diversas vontades das comunidades locais, para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento local.

De toda esta revisão conceptual, apesar de uma e outra diferença na definição dos autores, pode-se concluir que o processo de descentralização do FDD, visa a apoiar prioritariamente pessoas pobres economicamente activas sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro

formal, de maneiras com que as comunidades locais promovam actividades económicas orientadas para a produção de comida, criação de emprego, propiciando a captação de rendimentos, e gerando mudanças significativas na qualidade de vida da mesma.

2.1. Revisão da Literatura

As reformas políticas, económicas e sociais iniciadas em 1987, com o lançamento do programa de reabilitação económica (PRE), traduzido por uma viragem na organização política, económica, social e cultural da sociedade, para uma economia do mercado, têm exigido do estado uma redefinição do seu papel, sobretudo por modelo económico em que a participação do serviço privado passou a ter um papel relevante (Guambe, 2008, citado por Benzane, 2011).

Administração Pública herdada do sistema colonial caracterizava-se por uma estrutura baseada no princípio da centralização, isto é na centralização da decisão administrativa aos órgãos superiores da administração central colonial. Aliás com a independência, a natureza do regime modificou-se substancialmente, do qual resultou a reforma de 1977, que “escangalhou” o aparelho do Estado colonial, e criou um aparelho de Estado que adequa-se com as concepções políticas e económicas para a construção de uma sociedade socialista e de democracia popular (Ibidem).

A descentralização no contexto Moçambicano é o processo através do qual a administração assegura a participação dos cidadãos na governação ao nível local, com intuito de que o poder de decisão aproxime cada vez mais o cidadão, o que torna possível a sua participação na solução dos problemas de desenvolvimento ao nível da sua comunidade.

Como salienta Forquilha (2008), que a descentralização partiu da concepção segundo a qual a transferência de responsabilidade, recursos, responsabilização e regras do governo central às entidades locais alarga a base de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão ao nível local, torna o Estado mais próximo dos cidadãos, impulsionando o desenvolvimento local.

Em Moçambique a descentralização, ocorre em duas vertentes em simultâneo. Primeiro, a descentralização que abrange as autarquias locais como as entidades públicas, com personalidade

jurídica própria distinta do estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial (Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro).

Segundo, a descentralização que abrange os Órgãos locais do Estado nos níveis provinciais, distrital, posto administrativo, localidade e de povoação, dotados de consequências próprias na tomada de decisões de natureza local e abrindo espaço de participação das comunidades no desenvolvimento local através do envolvimento dos seus líderes no processo de governação e da institucionalização dos Conselhos Consultivos Locais (Lei n° 8/2003, de 19 de Maio).

Entretanto, pretende-se com a descentralização uma maior mobilização de recursos disponíveis, promovendo que a tomada de decisões seja mais próxima da realidade e, de preferência com o envolvimento da população que tais decisões lhes dizem respeito. Ora Canhangá (2007) sustenta que o sucesso do processo de descentralização passa pela definição de instituições que orientam os procedimentos adequados para a participação, planificação e orçamentação participativa, assim como a inclusão dos diferentes actores locais na gestão da coisa pública.

No que concerne à criação de emprego, o governo Moçambicano adoptou um quadro institucional devidamente clarificado como o caso da Lei de Trabalho, a Estratégia de Emprego e Formação Profissional, que visam gerar crescimento e emprego, bem como distribuir equitativamente os seus beneficiários até as comunidades locais. Quanto mais pessoas tiverem emprego e gerarem renda, menos são aqueles que o desenvolvimento económico deixa para atrás, por outro lado, quanto mais elevado for o teor em conhecimento do emprego, capacitados e competentes, maior será o valor acrescentado do trabalho de cada um, ou seja, aquilo a que os economistas chamam de produtividade (Bungueia, 2008, citado por Rossana, 2011).

2.2. Descentralização em Moçambique

No final da década de 80 e princípios dos anos 90 abriu-se uma nova página da história da humanidade. Este período caracterizou-se pelo fim da Guerra- Fria que conduziu à queda dos regimes de planificação centralizada da Europa do leste e conseqüente predomínio da ideologia liberal do ocidente (Carothers, 2007).

Desde a independência nacional alcançada em 1975, Moçambique iniciou em princípios dos anos 90 com o programa de reforma dos órgãos locais (PROL), um processo de descentralização, tido como parte integrante de um conjunto de reformas políticas, económicas e administrativas, iniciadas desde os anos 80 (Faria & Chichava: 1999). De acordo com Rosário (2011) o objectivo destas reformas tinha a ver com a reformulação do sistema administrativo centralizado, pouco eficiente e desequilibrado. Como refere Rosário (idem), a primeira fase do projecto de descentralização começa em 1994, marcada pela aprovação da Lei n° 3/94, de 13 de Setembro, que cria os distritos municipais. Entretanto, antes que este projecto tivesse avançado para a sua concretização, abriu - se uma nova fase em 1996, com a lei n° 9/96, de 22 de Novembro, que de acordo com (Faria & Chichava: 1999) viria a estabelecer o actual quadro legal do poder local e conduzir à sua aprovação em 1997, a lei n°2/97, de 18 de Fevereiro, sobre as autarquias locais e que revoga a Lei n° 3/94, de 13 de Setembro.

As reformas do processo de descentralização em Moçambique foram essencialmente marcadas por um processo de transferência ou devolução de competências, recursos, funções ou atribuições do nível central para os níveis locais, concretamente nas administrações distritais e municipais.

Enquadrando este todo conjunto de reformas de carácter político, económico e social desenvolvidas em Moçambique desde os princípios dos anos 90, o processo de descentralização, de acordo com Canhanga (2009), é do reconhecimento de que as instituições locais estão na melhor posição para escolher um conjunto de prioridades públicas que correspondam às demandas das populações locais e de decidirem sobre o volume de oferta de certos bens e serviços públicos que tem um efeito sobre o país como um todo e que tem maior capacidade na definição de prioridades que viabilizam o arranque e rápido alcance dos resultados esperados no

processo de desenvolvimento. Assim, o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)⁴ é considerado um instrumento necessário, que vai ao encontro dos anseios das populações, uma vez que permite cada vez mais maior envolvimento das populações na alocação de fundos para a implantação de actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento.

2.3. Emprego em Moçambique

Nos últimos dez anos, Moçambique tem registado elevadas taxas de crescimento económico, como resultado da estabilidade política, adopção de reformas e políticas económicas favoráveis, a reintegração nos mercados regionais e internacionais, o influxo de capitais estrangeiros, atraídos em parte pelo clima de estabilidade macroeconómica e potencialidade de recursos existentes no país.

A Estratégia de Emprego e Formação Profissional em Moçambique (2006-2015) revela que a grande maioria da população moçambicana vive ainda abaixo do limiar da pobreza, ao abrigo duma economia informal que assume enorme expressão e importância na sociedade moçambicana. Face a esta situação, a estratégia reconhece a necessidade de se desencadear e desenhar estratégias de criação de pequenos negócios no seio das comunidades locais.

O governo, através do PQG 2015-2019, pretende promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade, isto é, aumento do emprego e da produção bem como da melhoria da competitividade da economia nacional e das empresas, impulsionada pela agricultura orientada para o mercado, com forte envolvimento do sector familiar e privado visando a geração de emprego e da renda, a garantia da segurança alimentar e nutricional, a provisão de matéria-prima para a indústria nacional e geração de excedentes para a exportação.

As estatísticas do INEFP, relativas ao desemprego registado desde 2010- 2013, indicam que a procura de emprego tem as seguintes características: baixo nível académico 70% tem menos de 10ª classe e apenas 3% tem o nível secundário); baixa qualificação profissional 62% não tem

⁴Vide no artigo 4 do presente decreto

nenhuma qualificação) e pouca ou nenhuma experiência profissional, o que aliado à reduzida oferta de formação profissional resulta numa fraca empregabilidade. Com efeito, existe no país cerca de uma centena de centros de formação profissional, entre públicos e privados, dos quais aproximadamente 10% fornecem formação para o ramo industrial, sendo que os outros, na sua grande maioria, realizam formação para o sector terciário ou de serviços.

Tabela nº 1 Desemprego registado pelo INEFP – MACHAVA 2010 - 2013

CENTRO DE EMPREGO	DESEMPREGO REGISTADO (ACUMULADO)												
	TOTAL POR CENTRO	SEXO		CATEGORIAS		COM MENOS DE UM ANO				COM UM ANO OU MAIS			
		H	M	1º EMP.	N. EMP.	H	M	1º EMP.	N. EMP.	H	M	1º EMP.	N. EMP.
2010	10.892	8.048	2.844	1.163	9.729	779	445	294	930	7.576	2.092	869	8.799
2011	11.180	8.308	2.872	2.865	8.315	847	275	258	864	7.375	2.683	2.804	7.254
2012	11.102	8.200	2.902	2.865	8.237	5.024	979	1045	4.958	4067	1.032	727	4.362
2013	12.027	8.935	3.092	2.878	9.149	2.654	537	359	2.832	6331	2.505	2.710	6.126

Fonte: INEFP (2010-2013)

Tabela nº 2. Emprego Inscrito e Colocações por Sexo e Categorias INEFP - MACHAVA 2010 - 2013

CENTRO DE EMPREGO	DESEMPREGO INSCRITO (a)					COLOCAÇÕES (b)			
	TOTAL POR CENTRO	SEXO		CATEGORIAS		SEXO		CATEGORIAS	
		H	M	1º EMP.	N. EMP.	H	M	1º EMP.	N. EMP.
2010	5.257	3.592	1.665	1.471	3.786	3.023	1.283	803	3.503
2011	4.870	3.176	1.694	121	4.749	2.940	1.667	534	4073
2012	5.908	3.958	1.950		5.908	4.066	1.920		
2013	6.237	4.673	1.564	46	6.191	4.056	1.351		5.407

Fonte: INEFP (2010-2013)

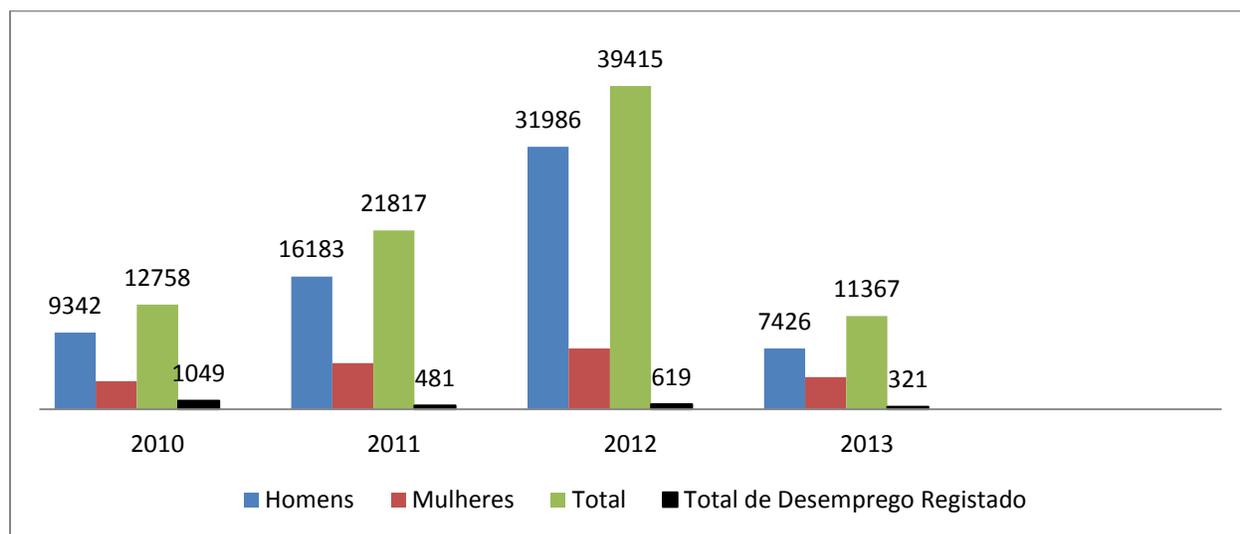
A variação dos níveis de emprego e desemprego durante o período em análise, dependem da procura e da oferta durante em cada ano, isto é, a procura depende dos candidatos (alunos

internos e externos) e as ofertas dependem das entidades patronais que são as empresas privadas que solicitam técnicos profissionais para melhor responderem as exigências do mercado de trabalho.

Em comparação com o INEFP da cidade de Maputo pode-se notar que durante o período analisado, registou-se alta taxa de desemprego em 2010 na ordem de 1049.

Entretanto em 2011 a 2013 nota-se uma baixa taxa de desemprego de 481 e 321, respectivamente. À semelhança do que aconteceu em 2010, a taxa de desemprego voltou a subir em 2012 na ordem de 619. Do total do emprego criado durante o período em análise de 85357 postos os principais beneficiários foram os homens em detrimento das mulheres. O INEFP lecciona cursos industriais como mecânica, electrotecnia, electricidade, construção civil, etc, onde na sua maioria estes cursos são frequentados por homens, mas também lecciona cursos do sector terciário isto é, prestação de serviços como cabeleireiro, inglês, secretariado executivo, portanto não pode-se inferir que a procura de mais homens segue esta lógica, mas sim porque os candidatos tem diferentes perfis, segundo o entrevistado⁵.

Gráfico 1: Total de emprego criado e desemprego registados por homens e mulheres no INEFP MAPUTO - CIDADE



Fonte: INEFP Maputo Cidade (2010-2013)

⁵Sr. Eleutério Muiambo, funcionário afecto ao departamento do emprego do INEFP Maputo Cidade, entrevista concedida no dia 8.07.2015.

O actual cenário do mercado de trabalho em Moçambique mostra uma melhor clareza na distinção dos papéis dos principais actores. O Estado tem reforçado significativamente o seu papel de regulador e fiscalizador, através da simplificação de regulamentos da actividade comercial e industrial, dos esforços de revisão da Lei do Trabalho, entre outros. O sector privado vem assumindo um papel central no processo de crescimento económico, através de criação de oportunidades de emprego e produção de bens e serviços. A participação activa das organizações representativas dos trabalhadores em todo o processo tem contribuído para a flexibilização do mercado de trabalho e a promoção da justiça laboral.

2.4. Definição da Amostra

A pesquisa foi constituída por uma *amostra estratificada* que segundo De Oliveira (2011) este tipo de amostra é aplicada quando há necessidade de dividir a população em estratos homogéneos, como exemplo, por classe social, faixa etária, sexo, etc. Para o presente estudo a mesma compreendeu um total de 19 pessoas, composta por dois grupos, observando o equilíbrio do género. O primeiro grupo comportou os funcionários da administração do distrito, funcionários dos outros serviços do distrito, membros do conselho consultivo distrital para perceber destes sobre a prossecução e gestão do FDD para o desenvolvimento local.

O segundo grupo foi composto pelos residentes, beneficiários e líderes das comunidades locais, com vista a colher percepções da dinâmica actual do distrito de Marracuene no que concerne ao desenvolvimento local, e sua relação com os resultados do FDD. A este grupo também procurou se perceber as dificuldades e/ ou constrangimentos ligados ao acesso deste fundo, tendo em conta os objectivos por qual o mesmo foi criado.

2.5. Estrutura do Trabalho

Para cumprirmos os objectivos traçados para esta pesquisa, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta a os objectivos da pesquisa, a metodologia e os procedimentos de recolha de dados. No segundo apresenta - se o enquadramento teórico-

conceptual que suporta a pesquisa através de uma revisão bibliográfica e articulação dos conceitos indispensáveis, a contextualização do processo da descentralização bem como do emprego em Moçambique. No terceiro apresenta – se e discute - se os resultados da pesquisa, as orientações metodológicas do FDD, as percepções dos funcionários assim como dos residentes, a representação gráfica dos projectos e empregos criados. No quarto e último apresenta – se as considerações finais e as recomendações.

2.6. Limitações do Estudo

Toda a leitura deste estudo deve ser feita, tendo em conta as seguintes limitações que directa ou indirectamente constituíram grandes dificuldades ao pesquisador:

- i) Não foi possível abranger toda amostra pré-definida, visto que a pesquisa coincidiu com a época de colheita, portanto maior parte da população do distrito vive em localidades distantes da vila sede do distrito que na sua maioria pratica agricultura o que limitou a disponibilidade dos entrevistados pois os mesmos logo nas primeiras horas do dia encontravam-se nas suas machambas.
- ii) Apesar de estar credenciado e autorizado pelo governo distrital para a realização da pesquisa, levou-se muito tempo a mobilizar os funcionários de modo a cederem as entrevistas, mas estes na sua maioria alegavam que não tinham conhecimento do assunto em causa, o qual recomendariam para se dirigir ao departamento que lida com o assunto supracitado.
- iii) Alguns funcionários não aceitaram ceder entrevistas alegando que tinham medo a represálias com os seus superiores hierárquicos mesmo mostrando o credencial e a respectiva autorização por parte do governo distrital.
- iv) Durante a pesquisa houve constrangimentos relativos aos cidadãos entrevistados na sua maioria insistiram em dar as entrevistas em língua materna local.

CAPÍTULO III: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL DE MARRACUENE

3. Apresentação, análise e discussão dos resultados

O terceiro capítulo, apresentar-se os objectivos do FDD e a descrição do objecto de estudo, procede-se com as orientações metodológicas do FDD, são ainda apresentados, papel do Conselho Consultivo Distrital no processo de gestão do FDD, os critérios de selecção e aprovação dos projectos, os critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos projectos, apresenta-se também o impacto sócio-económico do fundo ao nível do Distrito, percepções dos funcionários e dos residentes sobre o FDD ao nível do distrito, representação gráfica dos projectos e empregos criados no período em estudo, Distribuição total dos projectos ao nível de todo distrito de 2010-2013 e o resumo global dos projectos financiados por localidade.

3.1. Objectivos do Fundo de Desenvolvimento Distrital

Financiar acções que visam estimular o empreendedorismo, a nível local, de pessoas pobres mas economicamente activas e que não tem acesso ao crédito bancário;

Financiar actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento;

Financiar outras acções que visem melhorar as condições de vida, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades.

3.2. Breve descrição geográfica do Distrito de Marracuene

O Distrito de Marracuene localiza-se a 30km a norte da cidade de Maputo, entre a latitude 25°, 41“20” sul e longitude de 32°40“30” Este. É limitado a norte pelo Distrito de Manhiça, a sul pela cidade de Maputo, a este é limitado pelo oceano Índico e a Oeste pelo Distrito de Moamba e a cidade da Matola.

Segundo dados do Censo Geral Populacional de 2007, o distrito de Marracuene possui uma superfície total de 883km² e uma população estimada em 84.975 habitantes, sendo 40.849 homens e 44.126 mulheres (INE, 2007). Este tem como sede, a vila de Marracuene, elevada a Conselho e mais tarde a Circunscrição através das portarias N° 59 de 1895 e N° 6352 de 1946, então baptizado com nome de vila de Luísa.

3.2.2. Divisão Administrativa

O Distrito de Marracuene encontra-se administrativamente dividido em dois (2) postos administrativos, sete (7) Localidades e trinta e nove (39) bairros. O posto administrativo Sede é composto pelas localidades de Marracuene Sede, Macaneta, Michafutene, Matalane, e Ngalunde, equanto que o posto administrativo de Machubo é composto pelas localidades de Macandza e Taúla.

A Localidade Sede comporta os bairros 29 de Setembro, Massinga, Micanhine, Faftine, Mapulango, Muntanhane, Vila e Possulane, sendo a localidade de Macaneta, constituída pelos bairros Macaneta I e II, Mbuva, Hojana, Ilha de Mbenguelene e Ilha de Xifene.

Já na localidade de Michafutene, encontramos os bairros de Guava, Agostinho Neto, Cumbeza, Mumemo I, Mumemo 15 de Agosto, Abel-Jafar, Ricaça, Malí e Mateque. A localidade de Matalane é composta pelos bairros Eduardo Mondlane I, II e III, Matalane, Samora Machel, Pazimane e Ndixe, e para a Localidade de Ngalunde, temos os bairros Gimo, Ocoosa, Cumbene e Ngalunde. Na localidade de Macandza, temos os bairros Macandja e Machubo Sede, e finalmente na localidade de Taúla encontramos os bairros Mantimana e Mucize.

3.2.3. Estrutura do Distrito

O Distrito de Marracuene funciona com base nos presidentes de localidades, autoridades comunitárias e tradicionais. Os presidentes de localidades são representantes da administração e subordinam-se ao chefe do posto administrativo, e consequentemente ao Administrador (a), sendo coadjuvado pelos chefes de aldeias, secretários de bairros, chefes de quarteirões e chefes de blocos (MAE, 2005:18-19).

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovados pelo Decreto n° 30/2001 de 15 de Outubro, aprovado pelo

Conselho de Ministros. Sendo que a governação ao nível do distrito tem privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não-governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos da vida económica e social, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processo de geração de rendimentos e a vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado. (Benzane, 2011).

3.2.4. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito (2009-2013)

O PEDD⁶ ao nível do distrito de Marracuene assenta se essencialmente na formulação de uma visão do futuro de desenvolvimento do distrito; na definição de objectivos com base numa avaliação realista dos recursos disponíveis e, na elaboração duma estratégia para alcançar esses objectivos a médio e longo prazo. O mesmo é operacionalizado através dos programas económicos e sociais (PES), projectos de investimentos, orçamentos anuais, investimento privado e também através de iniciativas comunitárias. Assim, o PEDD é um instrumento orientador do sistema de planificação, que aponta para o que deve ser feito, onde, quando fazer, como fazer, e coordena os vários intervenientes, determinando as prioridades na mobilização e afectação de recursos. Os níveis de pobreza da população do distrito de Marracuene e a necessidade de uso racional dos recursos disponíveis de forma a promover o desenvolvimento local, aliados a nova abordagem do processo de planificação e governação em curso no País, servem de fonte de inspiração para o primeiro exercício de elaboração deste instrumento.

A participação dos diferentes actores locais, nomeadamente, o governo, as confissões religiosas, os partidos políticos, as associações produtivas, o sector privado, organizações não-governamentais (ONG's) e as comunidades através dos seus conselhos locais para a sua elaboração, constituirão um indicativo da aposta em mudar as condições socio-económicas do distrito em todos os aspectos, para o bem-estar das comunidades, e oferece uma certeza no

⁶Plano Estratégico de desenvolvimento do Distrito (2009-2013)

aproveitamento das oportunidades e no reconhecimento da disposição das ameaças, prometendo uma consistência aos futuros planos operacionais que estarão inspirados neste documento.

É deste modo que o surge como uma necessidade para as pretensões do distrito, e não só, de desenvolvimento a longo prazo, constituindo-se como um vector que permite uma abordagem unidireccional através da uniformidade dos objectivos aqui patentes, e que são produto de um consenso dos principais actores nas acções de desenvolvimento do distrito. O principal objectivo deste instrumento é a integração de todos sectores de desenvolvimento social, económico e institucional de modo a se alcançar um desenvolvimento integrado, através do aproveitamento racional dos recursos existentes no distrito.

3.3. Orientações Metodológicas do Fundo de Desenvolvimento Distrital

Para uma utilização criteriosa do FDD⁷, o Ministério das Finanças⁸ (MF) e o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) produziram em conjunto instrumentos de orientações metodológicas com vista a utilização deste fundo. No âmbito do seu lançamento, definiu-se que a sua execução compete aos governos distritais com vista a sua aplicação em actividades de pequeno e médio porte, de impacto imediato junto às populações locais. Contudo o regulamento chama atenção ao estreito cumprimento das normas de gestão, supervisão e fiscalização do orçamento do estado, ao nível distrital, considerando o disposto na lei.

Em Moçambique o fim último do processo de desconcentração de recursos é o combate a pobreza e promoção do desenvolvimento económico. Uma das estratégias de combate a pobreza é desenhar programas que alcancem os segmentos das populações mais pobres e mais vulneráveis (DNEAP, 2007).

Com base neste pressuposto, a essência das orientações metodológicas adverte que a concessão do FDD deve ser feita com base numa consulta desenvolvida ao nível da base, isto é, deve ser feita aos fóruns locais. Uma vez feita a consulta ao nível dos fóruns locais, os resultados são canalizados aos concelhos consultivos locais das respectivas localidades, seguidos dos postos

⁷Estes instrumentos foram lançados em Maio de 2006 pelo governo da província de Maputo, 2009.

⁸Actualmente designa-se Ministério de Economia e Finanças.

administrativos, cujo em cada um destes órgãos de debate, as propostas dos projectos são discutidos e apreciados, finalmente são canalizados para o os concelhos consultivos distritais onde para além de discussão serão aprovados.

Em conformidade com as orientações conjuntas do MF & MPD o fundo de desenvolvimento distrital deve ser investido em actividades de promoção de desenvolvimento económico local com impacto no quadro de combate à pobreza e em sintonia com os planos estratégicos de desenvolvimento do distrito.

São prioritários os projectos de produção e comercialização agro-pecuária; pesca; piscicultura; pequena indústria; agro- indústria e pequenos sistemas de processamento; turismo rural; comércio. Deste modo:

São elegíveis projectos comunitários propostos por associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo governo do distrito. Os fundos são aplicados para a aquisição de bens de capital a serem usados como meios para a promoção das actividades económicas das comunidades. Os fundos não são aplicados para o pagamento de salários, bolsas de estudo, reuniões, seminários, workshops, e outros custos correntes.

Considera - se projectos de geração de emprego todas iniciativas que concorrem para a criação de empregos sazonais e/ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda dos indivíduos, das famílias, das associações e das pequenas empresas locais.

Estes projectos devem simultaneamente estimular o empreendedorismo, geração de rendimento e criação de emprego e de postos de trabalho sustentáveis para a população local.

3.4. Papel dos Conselhos Consultivos Locais no processo de gestão do Fundo de Desenvolvimento Distrital

Os Conselhos Consultivos Locais são órgãos de consulta que representam as comunidades, e que transportam informação dos problemas das comunidades, e que por sua vez estes problemas são canalizados ao governo. Estes devem prestar contas as comunidades sobre a gestão do FDD e

todo o processo desde a aprovação dos projectos no distrito, incluindo as razões dessas concessões, a apresentação pública dos beneficiários e os valores a estes concedidos, segundo deu a entender o entrevistado⁹.

Os CCL sendo a representação das comunidades detêm um papel preponderante na identificação e definição de prioridades ao nível local, são o elo de ligação entre o governo e as comunidades locais. No que concerne à constituição dos membros do CCL, desde o nível da Localidade, Posto Administrativo e do Distrito totalizam 60 membros, existe uma diversificação em termos de género considerada em média de 30% e um número considerável dos líderes comunitários não inferior a 30%.

Existe em Marracuene uma equipa técnica distrital (ETD) que tem a função de assegurar o funcionamento normal das actividades do FDD, devendo elaborar e submeter à aprovação do Conselho Consultivo Distrital o programa anual de actividades e o respectivo orçamento; analisar, avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de financiamento e submetendo-as à aprovação do Conselho Consultivo Distrital; assegurar a gestão administrativa, financeira e técnica do FDD; organizar os processos e cadastro dos beneficiários e; elaborar e submeter à aprovação do Conselho Consultivo Distrital os relatórios de actividades e de contas, ao abrigo do n° 3 do artigo 11 do decreto 90/2009 de 15 de Dezembro de 2009.

Neste contexto, a ETD de Marracuene encontra-se dentro do CCD e que por sua vez esta em colaboração com alguns técnicos do sector da repartição e finanças fazem o processo de monitoria, visto que o CCD é que aprova os projectos no seu todo.

A ETD¹⁰ de Marracuene está a enfrentar serias dificuldades na execução das suas funções, primeiro pelo número reduzido de técnicos que trabalham directamente com a gestão do FDD e outros instrumentos de planificação e desenvolvimento local, segundo pela exiguidade dos fundos, falta de transporte e meios para monitoria dos projectos em implementação, falta de capacitação em matérias de gestão de micro projectos virados para o desenvolvimento local. No entanto, apesar das dificuldades que a ETD enfrenta desde 2013, há uma tendência positiva, na medida em que a mesma tem-se integrado melhor na gestão do FDD, elaborando controlos de

⁹Sr. Augusto Mabutana, Membro do Conselho Consultivo Distrital, entrevista concedida no dia 22.06.2015.

¹⁰Sr. Cândido Filipe Sevene, técnico da repartição e finanças e trabalha com a ETD, entrevista concedida no dia 18.06. 2015.

empréstimo; fichas de identificação dos projectos; fichas de análise dos projectos; fichas de acompanhamento dos projectos e; fichas de resumo/ progresso de projectos, razão pela qual, os níveis dos reembolsos melhoram para 20% do valor planificado para o primeiro semestre de 2014.

Para ser membro do CCD, o cidadão tem que ser residente no distrito, no bairro com a sua respectiva localidade concorrer e ser democraticamente eleito desde a sua povoação e ser aprovado pela comunidade. Após a sua aprovação como membro o mesmo tem que ser idóneo, ter sigilo e respeito.

3.5. Critérios de Selecção e Aprovação dos Projectos

Os dados do campo permitiram constatar que não existe nenhum documento formal orientador e escrito sobre os critérios de selecção e aprovação do fundo de desenvolvimento distrital. Mas sim os critérios de selecção dos projectos tem a ver com os vectores de desenvolvimento do distrito, isto é, face a uma miragem dos projectos em consonância com os vectores de desenvolvimento, desde as localidades, postos administrativos, até ao distrito. Mas também estão associados ao impacto do próprio projecto a nível social, no que concerne a empregabilidade de pessoas assim como redução de distâncias bem como a aproximação das comunidades. Por outro lado os critérios de selecção dos projectos estão associados aos campos de emprego que o projecto vai criar no seio das comunidades.

Os projectos devem ser submetidos pelas pessoas interessadas nos fóruns locais das suas povoações, para que os membros dos fóruns, por meio de debates, seleccionem e definam os projectos prioritários anteriormente citados, em conformidade com as necessidades de cada povoação, considerando sobretudo o impacto que terão na comunidade, e com a experiencia do beneficiário.

Caso tenham sido implementados determinados projectos na povoação, não se pode voltar a aprovar projectos para a mesma comunidade e não se deve aprovar projectos com a mesma natureza ou mesmos objectivos para a mesma povoação.

Na mesma linha de pensamento sobre este aspecto, o entrevistado sublinhou:

“ (...) , Beneficia-sedo fundo qualquer residente do distrito, desde que faça um requerimento dirigido administradora, tenha documentos de identificação, ter a característica de idoneidade, bom comportamento, tenha conta bancaria, e NUIT, (...)”¹¹.

Anteriormente este fundo financiava os projectos em espécie, onde o proponente desenhava o projecto tendo em conta o material que precisava para a implementação do mesmo, com factura anexava ao projecto, e de seguida ia apresentar na respectiva localidade, aprovado o projecto era solicitado a levantar os produtos para implementa-los. No entanto, a iniciativa não foi bem recebida por parte dos beneficiários, tendo provocado descontentamento entre os mesmos e os gestores do FDD. Mais tarde esta ideia foi rectificada, a partir de 2010 optaram por financiar os projectos em dinheiro, onde cada beneficiário geria o dinheiro individualmente (ibidem).

3.6. Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projectos

O manual de procedimentos do FDD (2011) estabelece os vários critérios para indivíduos, associações e micro/pequenas e medias. Primeiro é necessário ser residente na unidade territorial onde pretende- se implementar o projecto confirmado pelas autoridades locais. Segundo possuir nacionalidade Moçambicana, ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais, ter idade não inferior a 18 anos, possuir NUIT.

Para associações e Micro/Pequenas e Médias é necessário estar legalmente registadas e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações, os membros devem ser residentes na unidade territorial onde se pretende implementar o projecto e com residência confirmada pelas autoridades locais, operar no território onde se pretende implementar o projecto, ser constituídas por cidadãos nacionais, por fim possuir NUIT.

No âmbito dos FDD são financiáveis as acções que concorram para a geração de emprego permanente e/ou sazonal, para a produção de comida e geração da renda para os produtores e suas famílias. Os projectos elegíveis devem estar estritamente ligados ao desenvolvimento

¹¹Sr. António Raul Chimene, secretário do bairro Mapulango e membro do CCI. Entrevista concedida no dia 26.06. 2015.

económico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia com os planos estratégicos de desenvolvimento do distrito e devem ser propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sócias de base comunitária reconhecidas pelo governo do distrito em estreita colaboração com as comunidades locais. Assim os projectos financiados devem obrigatoriamente ser implementados na unidade territorial onde são propostos.

Os critérios apresentados não fazem nenhuma referência a critérios específicos para mulheres e nem existe algum dispositivo por forma a garantir que sejam submetidos projectos por mulheres. Apesar de existir um reconhecimento ao nível dos órgãos distritais sobre o fraco acesso da mulher ao fundo, não existem ainda mecanismos para reverter esta situação.

3.7. Impacto sócio-económico do FDD em Marracuene

Ao analisar o impacto sócio-económico do FDD em Marracuene no período de 2010-2013, as variáveis há analisar são o volume de financiamento concedido, o grau de avaliação dos financiamentos relativamente ao que estava planificado, a gestão do fundo em ambos sexos, e o nível de emprego criado.

Durante o período em análise constatou-se que há variação nas despesas do valor do financiamento do FDD, bem como no reembolso, e nos postos de emprego criados, nota-se que os homens são os mas beneficiados no total de 184, em detrimento das mulheres que são 100, (conforme ilustra a tabela a baixo).

Tabela nº3: Impacto sócio-económico do FDD em Marracuene (2010-2013)

Ano	Valor Financiado	Reembolsado*		% Realização	% Evolução	Beneficiários			Postos de Emprego
		Plano	2013			H	M	HM	
2010	7,263,900.00	1,815,975.00	130,100.00	11.96%	710.29%	56	28	84	225
2011	8,071,603.79	2,017,900.95	169,530.00	6.73%	412.33%	61	36	97	236
2012	8,042,000.00	2,010,500.00	272,425.54	3.99%	208.44%	52	32	84	161
2013	8,042,350.00	2,010,587.50	76,715.00	4.44%	465.76%	52	20	72	235
2013 R*	2,389,598.38	597,399.60	27,013.00	5.70%	517.89%	15	16	31	
TOTAL	33,809,452.17	8,452,363.05	675,783.54	6.06%	604.02%	184	100	368	857

Fonte: Administração do Distrito de Marracuene

Apesar das variações acima apresentadas na tabela 9, nota-se que o FDD financia os projectos para a criação de emprego; mas também verifica preocupação por parte dos beneficiários no que se refere ao reembolso, visto que a maior parte dos beneficiários não cumpre com o termo de compromisso assumido após a implementação do seu projecto. O Distrito não tem nenhum aval para sancionar casos de demora do reembolso, prejudicando de certa forma a gestão do mesmo, segundo o entrevistado¹².

Por seu turno, os beneficiários do FDD sustentam que o mesmo melhorou as suas vidas, alguns melhoram as suas actividades agrícolas, passando de subsistência para a de rendimento familiar como na produção de alimentos para a venda a nível local, outros em matérias de prestação de serviços como salão de beleza, carpintaria, e aluguer de material de construção, visto que antes estes usavam espaços pequenos e o material era de pouca qualidade.

A este respeito o Senhor Arnaldo Wache residente do distrito de Marracuene no bairro de Possulano, beneficiário do FDD, narrou a cerca do seu projecto de aluguer de materiais de construção (prumos, andaimes, chapas de conferagem, e madeira) onde para sua implementação recebeu 195 mil Mts, com o mesmo conseguiu criar dois empregos, agora já durmo numa casa melhorada, consigo pagar minha universidade, proporciono uma vida melhor para os meus filhos.

¹²Sr. Américo Macandza, chefe da Localidade de Ngalunde, e membro do CCD. Entrevista concedida no dia 22.06.2015.

“ (...) ”Por outro lado, os mutuários sustentam que melhoraram de vida depois de se beneficiarem, que algumas pessoas foram empregues como resultado da implementação do FDD ao nível do distrito, apesar dos mesmos estarem a enfrentar roubos, má gestão por parte da pessoa empregada, fraca procura por parte dos clientes, falta de sigilo profissional por parte dos gestores do fundo, que muita das vezes culmina com o fraco reembolso nos prazos assumidos no termo de compromisso “ (...) ”¹³.

Ao nível do distrito o desenvolvimento intensifica-se mais na agricultura visto que as potencialidades do distrito oferecem condições climáticas para a sua prática, mas também o distrito tende a desenvolver com a institucionalização deste fundo, primeiro reduziu os níveis de desemprego, algumas infra-estruturas da vila sede melhoraram, segundo a própria vida das comunidades assim como dos mutuários, apesar destes não acatarem os princípios orientadores do fundo existem casos de indivíduos que pedem o mesmo para fins particulares, em detrimentos dos que constam no manual de procedimentos do FDD como prioritários para o desenvolvimento local, segundo deram entender os entrevistados¹⁴.

3.8. Percepções dos funcionários e dos residentes sobre o Fundo de Desenvolvimento Distrital ao nível do distrito de Marracuene

Tal como os residentes entrevistados, assim como os funcionários do distrito de Marracuene constatou-se que metade dos nossos entrevistados alguns sabem outros não sabem da existência do fundo apenas ouviram falar, nem se quer sabem como adquirir, nem como se podem beneficiar. A este aspecto relatam os entrevistados e vide o gráfico 2, respectivamente.

“(...)”Nunca ouvi falar acerca do FDD, nem sei para que serve, nem como adquiri-lo, portanto talvez se beneficie nos todos da que do distrito, mas também nunca ouvi quem já se beneficiou, por isso nunca concorri, mas se tivesse concorrido provavelmente investiria num projecto de prestação de serviço de papelaria, em fim a falta de

¹³Srs. António Alage, beneficiário do FDD, projecto de Carpintaria, Célia Feniose, beneficiária do projecto de prestação de serviço (salão de beleza) e membro do Conselho Consultivo da Localidade sede. Ambos entrevistados no dia 30.06.2015.

¹⁴Sr. Diogo Cavele, técnico do SDAE, e o Sr. Calisto Chinguvo, técnico da repartição das Finanças ambos entrevistados no dia 18.06.2015.

conhecimento acerca do fundo torna me difícil dizer se o meu distrito esta desenvolver ou não (...)¹⁵.O mesmo sucede-se com “ (...) ”¹⁶

“ (...) ”Já ouvi falar, serve para ajudar as pessoas, não sei como se pode adquirir, mas ouvi falar que as pessoas da que do distrito podem obter, se fosse para concorrer investiria numa mercearia para aumentar o meu negócio e sair dessa banca aqui no mercado (...)¹⁷A este posicionamento sucede-se com” (...) ”¹⁸

“(...)” E para os senhores Felícia¹⁹ de Assunção, Anibal Bechel²⁰, ambos compartilham da ideia de que já ouviram falar do FDD, restando-lhes duvidas entorno dos seus objectivos, como são adquiridos, os mesmos avançam que este fundo beneficia-se todo residente e natural do distrito, a senhora Felícia é da opinião de que se tivesse concorrido investiria num projecto de agricultura pelas potencialidades que o distrito oferece, embora nunca pensei em concorrer, no que concerne ao desenvolvimento do distrito esta concorda que o FDD, esta surtir efeito através do incremento dos níveis de emprego que o mesmo cria “(...)”, e para o senhor Anibal este excusou-se em avançar com comentários, alegando que não tem informação exacta do assunto em causa.

Os dados do campo permitiram constatar que divulgação do FDD ao nível do distrito de Marracuene segue uma lógica didáctica (ensinamento, aprender), na medida em que os técnicos da ETD poucas vezes se deslocam para o campo a fim de divulgar os procedimentos do FDD junto das comunidades pela falta de recursos de locomoção (Transporte), falta de recursos financeiros para cobrir tal actividade. Estas acções são desencadeadas de forma esporádica, durante as visitas de trabalho efectuadas pelas autoridades administrativas e partidárias.

¹⁵ Ácia Nhabomba, Estuante da escola Secundaria GwazaMuthini, entrevista concedida no dia 24.06.15.

¹⁶Gina Daniel, residente do bairro Memmo, e a Sr. Helena Machalela residente no bairro Agostinho Neto, ambos entrevistados no dia 30.06.2015.

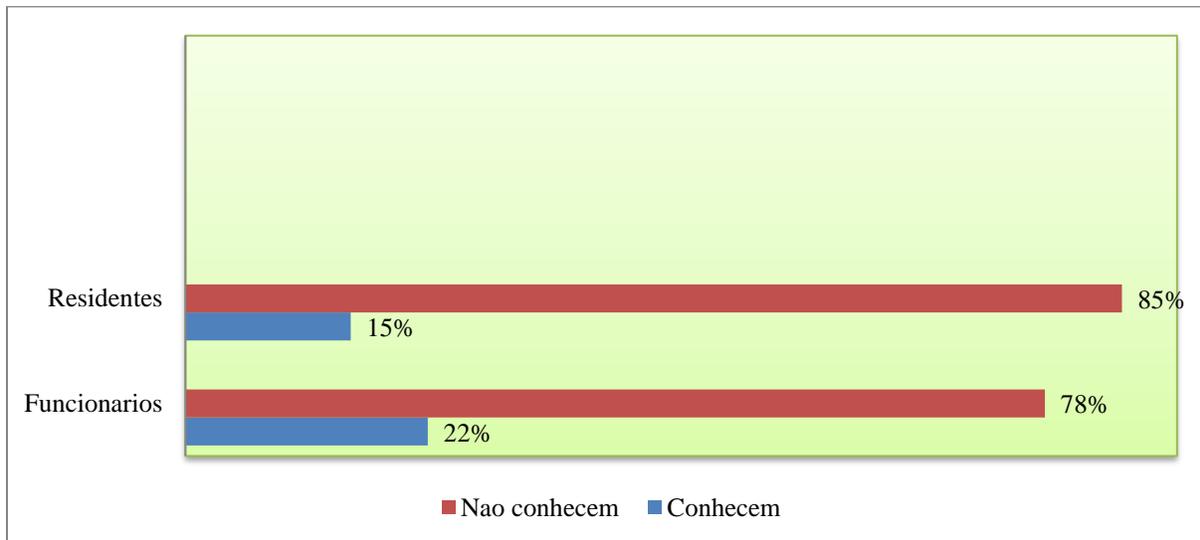
¹⁷ Elisa Chirindza, comerciante, entrevista concedida no dia 30.06.2015.

¹⁸ Domingos Nhancale, pescador de Macaneta, entrevista concedida no dia 24.06.2015.

¹⁹Funcionária afecta à repartição de Recursos Humanos nos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia, entrevista concedida no dia 22.06.2015.

²⁰Funcionário dos Serviços Distritais de Planeamento de Infra-estruturas, entrevista concedida no dia 18.06.2015.

Gráfico 2: Percepções dos funcionários e dos residentes em torno do FDD



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2015)

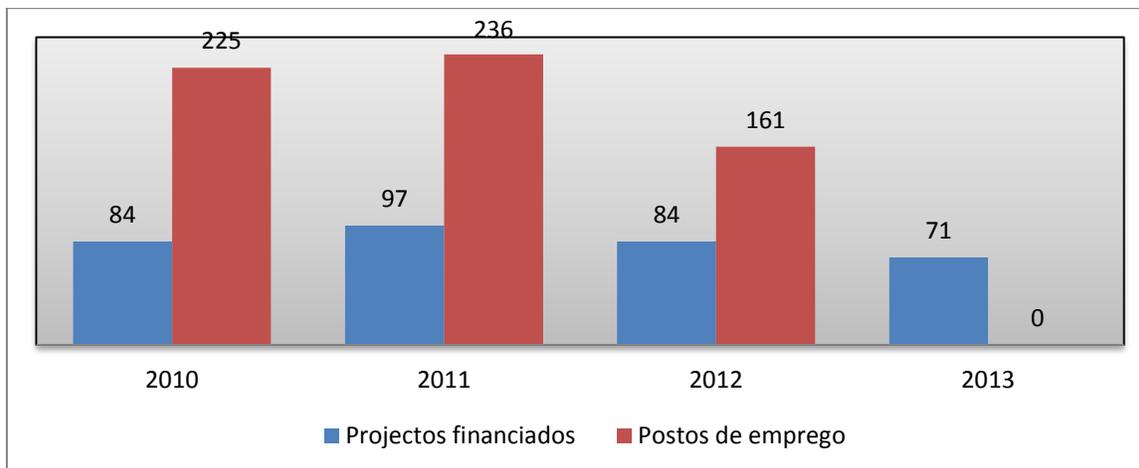
Este gráfico espelha melhor o que acabou de se dizer, se não vejamos: a amostra relativa dos residentes dos que não conhecem o FDD é de 85%, e os que conhecem é de 15% ao nível dos entrevistados do distrito, relativamente aos funcionários amostra constatou que 78% não conhecem o FDD, mas uma parte desses conhecem numa percentagem de 22%.

O conteúdo da informação apresentada neste gráfico ilustra por um lado a fraca divulgação do FDD, onde os diversos funcionários entrevistados dentro dos diversos Serviços Distritais, não sabem o que exactamente é o FDD, os seus objectivos, assim como os residentes respectivamente.

3.9. Representação gráfica dos projectos e empregos criados no período 2010-2013

Em Marracuene durante o período em análise vários projectos foram financiados pelo FDD, assim como criou postos de emprego como se pode ver o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Representação dos projectos e empregos criados



Fonte: Administração do Distrito de Marracuene e MAE/Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

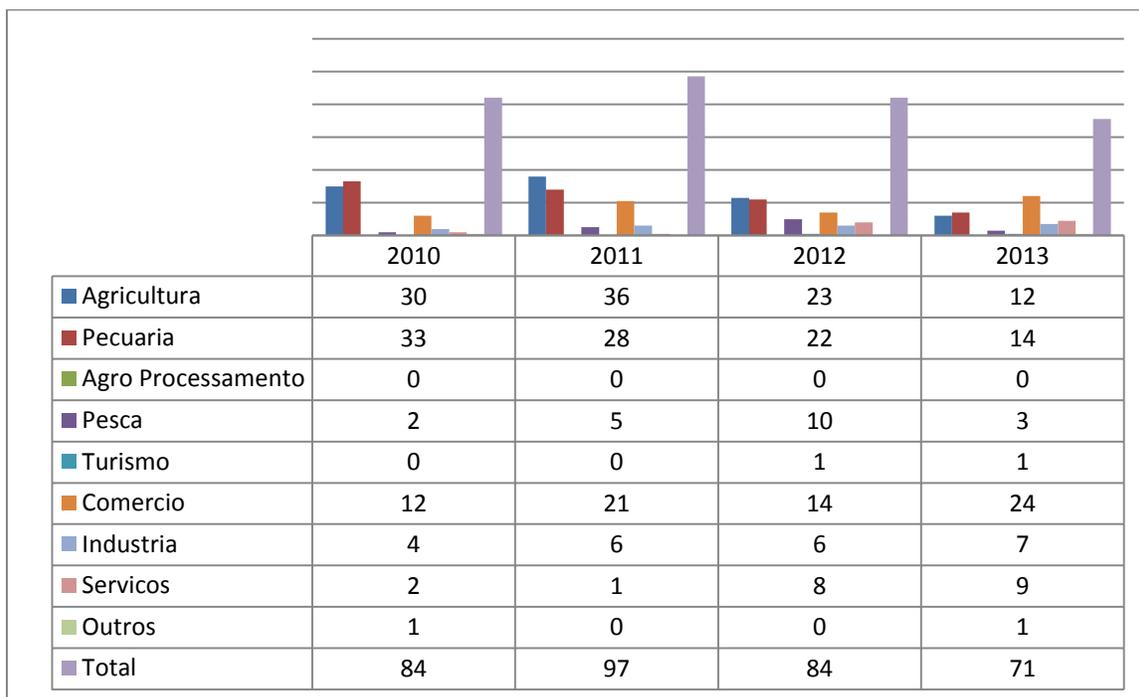
Com base nos dados apresentados na figura 3, nota – se que apesar da queda verificada em 2012 e 2013, o FDD criou mais postos de emprego nos dois primeiros anos do período analisado, perfazendo um total de 622 postos de emprego criados durante os quatro anos. Durante o mesmo período o FDD financiou cerca de 336 projectos, o que revela que o FDD contribui para a criação de emprego e renda neste distrito.

3.9.1. Distribuição total dos projectos 2010-2013

Ao nível do distrito de Marracuene o FDD financiou vários projectos durante o período analisado. Dados a disposição demonstram que entre os projectos mais financiados neste contexto figura os agrícolas, seguido da pecuária e comercio, respectivamente. Durante o mesmo período

o número de projectos financiados cresceu bastante em 2011. O gráfico ilustra com mas detalhes o que se acabou de se dizer.

Gráfico 4:Distribuição total dos Projectos 2010-2013



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2015)

Como ilustra a figura 4, durante os oito sectores em que foi investido o FDD registou-se um comportamento diferenciado no que concerne ao número de projectos financiados. Em alguns casos houve evolução total de projectos, enquanto nos outros dava-se uma redução significativa. Os sectores de agricultura, pecuária, comércio, são exemplo de crescimento quase em todos anos, enquanto que os restantes sectores observa-se uma redução baixa, por outras palavras a concessão dos empréstimos para a implementação dum projecto, deve-se aos vectores de desenvolvimento do desenvolvimento do distrito, por outro lado para além do comércio e da pecuária a agricultura regista maior crescimento devido as potencialidades climatéricas que o distrito apresenta para sua pratica, visto o distrito apresenta uma terra arável para a prática desta actividade.

Tabela n°4:Resumo global de projectos financiados por sectores por localidade

Resumo global por localidade											
N°	Localidade	Agricultura	Pecuaría	Agro Processamento	Pesca	Turismo	Comercio	Industria	Servicos	Outros	Total
1	Macaneta	11	2	0	5	0	10	1	1	1	31
2	Michafutene	8	27	0	6	0	16	15	10	1	83
3	Marracuene Sede	14	18	0	20	0	44	6	2	0	104
4	Ngalunde	44	11	0	0	0	14	2	4	0	75
5	229	54	25	0	0	0	12	4	0	2	97
6	Macandza	55	33	0	10	2	9	3	2	0	114
7	Taula	56	50	0	17	0	16	0	1	1	141
	Total	242	166	0	58	2	121	31	20	5	645

Fonte: MAE/Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

No que refere a articulação entre o FDD e os planos estratégicos de desenvolvimento distrital em Marracuene, verificamos que não existe interacção entre os mesmos, uma vez que os entrevistados mostraram pouco conhecimento sobre a articulação entre o FDD e outros instrumentos de planificação e desenvolvimento local.

“....Não conheço a articulação entre o FDD e os instrumentos de planificação descentralizada a nível do distrito, uma vez que o mesmo apresenta algumas dificuldades no processo da sua gestão, os seus resultados ainda não são visíveis, os reembolsos ainda são fracos, mas estamos a trabalhar no sentido de melhorarmos....”²¹

Portanto a teoria preconiza a análise da articulação entre diferentes actores e intervenientes na prossecução dos objectivos da organização. Os agentes envolvidos no processo de tomada de decisão ao nível da organização devem interagir de acordo com as regras existentes dentro da organização, isto é considera de um lado a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos num trama de acções e reacções sociais; de outro lado como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação as outras. Por outro lado o funcionalismo mostra que o desempenho de cada órgão que compõe um sistema pode pôr em causa a estrutura como um todo e para o nosso caso, ela mostra que o alcance dos objectivos da

²¹Sr. Diogo Cavele, técnico do SDAE, e o Sr. Nazaré Mabjaia técnico da repartição e finanças, ambos entrevistados no dia 18.06.2015.

lógica da descentralização depende, em parte, do desempenho dos vários intervenientes responsáveis pela sua materialização. Mostra ainda que só é possível perceber a influência que cada órgão exerce num sistema, entendendo – se o papel que este desempenha neste mesmo sistema, como é o caso dos Conselhos Consultivos Locais na governação local.

O funcionalismo refere que os condicionalismos das dinâmicas decisórias entre as instituições acabam influenciando o desempenho das instituições envolvidas, como parte integrante do sistema, acabando por influenciar o sistema como um todo.

Há que sustentar também que a pouca interação entre os serviços distritais no âmbito do processo de governação e desenvolvimento local e pouco tem-se visto em termos de articulação entre o FDD e os planos de desenvolvimento distrital, aliás para demonstrar isso, nota-se que o plano estratégico de desenvolvimento distrital foi elaborado em 2009, mas até hoje não foi aprovado, tratando-se ainda de um *Draft*.

CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO

4. Considerações Finais

Deste quinto e último capítulo constam duas secções principais. A primeira apresenta as considerações finais do estudo enquanto que a segunda sugere algumas recomendações relevantes para o estudo.

A principal questão que o presente estudo propunha-se a responder foi saber até que ponto o fundo de desenvolvimento distrital pode melhorar os níveis de emprego e renda nas comunidades locais do Distrito de Marracuene? Ou por outra em que medida os níveis de participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD, pode reforçar a capacidade dos órgãos locais do Estado?

A principal conclusão do estudo é de que o FDD melhorou os níveis de emprego e renda das comunidades do distrito no período de 2010-2013, o que significa que se confirma a hipótese 2 levantada neste trabalho. Visto que os números de empregos criados no horizonte temporal superou de forma significativa a ordem dos 50%. E os dados do campo permitiram constatar que os beneficiários deste fundo conseguiram criar postos de emprego assim como dinamizaram a sua renda familiar.

O estudo constatou que a participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD é fraca ou quase inexistente. Daí que discorda-se com a hipótese 1 levantada na presente pesquisa.

Os resultados do campo permitiram constatar que o processo de prestação de contas feito pelo Conselho consultivo Distrital, via Conselho Consultivo Local à luz dos entrevistados (beneficiários) não obedece o sigilo profissional. Outrossim é que não existe informação sobre o número de projectos aprovados, nem o número dos beneficiários.

Não obstante, as dificuldades inerentes a concepção das orientações metodológicas formalmente instituídas para garantir a gestão do FDD, desde o desembolso até ao reembolso, a fraca capacidade institucional e técnica de todos actores envolvidos no processo (CCD, CCL, ETD), podem a dado momento, de certa forma comprometer a materialização do processo de desenvolvimento local.

Ao longo da pesquisa não foi possível obter dados que fazem uma avaliação dos indicadores de desenvolvimento, tais como: nível de desenvolvimento agrário, nível de desenvolvimento da actividade pesqueira, industrial, o nível do crescimento comercial, turismo, infra-estruturas resultantes da implementação do FDD, razão pela qual faz-se uma análise em função dos objectivos definidos pelo governo no âmbito do FDD.

4.1. Recomendações Operacionais

Face as constatações e conclusões apresentadas no estudo, o mesmo postula as seguintes recomendações que merecem ser operacionalizadas:

- i) É importante que haja uma divulgação da informação e capacitação dos grupos, isto é, divulgar informação relevante sobre os procedimentos e critérios de acesso ao FDD junto das comunidades tendo em conta os diferentes grupos-alvo (mulheres, homens).
- ii) É importante também desenvolver um quadro de capacitação e partilha de informação com os Conselhos consultivos, funcionários, tornando desse modo estes órgãos de meios de partilha e divulgação de informação nas comunidades.
- iii) É importante apostar na parceria com as redes, plataformas e associações femininas locais com vista a divulgar os procedimentos de acesso ao fundo junto das mulheres, (IBIS, 2010).
- iv) Clarificação dos critérios de definição dos projectos, isto é, advogar os governos distritais para uma definição clara dos critérios de geração de emprego, geração de renda.
- v) Definição dos projectos aprovados no âmbito do FDD para uma melhor análise de viabilidade.
- vi) Deve haver um mecanismo de proibição de pedidos do fundo por parte dos funcionários do distrito, cenário este tem acontecido em Marracuene, e o mesmo choca com os princípios orientadores do fundo.
- vii) O beneficiário deve se comprometer através do termo de compromisso a devolver o fundo dentro de um prazo após a implementação do seu projecto.

- viii) Deve-se proceder de forma efectiva a monitoria dos beneficiários no cumprimento das suas actividades, assegurando a materialização dos objectivos pelos quais foi introduzido o FDD.
- ix) As autoridades competentes devem flexibilizar e apoiar os beneficiários na obtenção do NUIT, aproveitando esta oportunidade para expandir a atribuição do mesmo.

Referências Bibliográficas

1. Livros e Artigos

BENZANE, Luís Raimundo (2011). *Análise da Participação da comunidade Local no processo de Selecção dos Beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD): O Caso do Distrito de Marracuene*, Trabalho do fim do curso, Licenciatura em Administração Pública, Universidade Eduardo Mondlane.

CANHANGA, Nobre de Jesus Varela (2007). “ *Os desafios da Descentralização e dinâmicas de planificação participativa, na configuração das agendas políticas locais*” In, Conferência Inaugural do IESE, n°01, Maputo. Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique. *Conference paper* n° 06, 19 de Setembro.

CANHANGA, Nobre de Jesus Varela (2009) *Descentralização fiscal, transferências inter-governamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais*. In, II Conferência do IESE, “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”, Maputo.

CIP, “*O Distrito como Pólo de Desenvolvimento*”: um olhar da sociedade civil, Monitoria do Orçamento e Rastreo da Despesa Publica de 2011.

CAROTHERS, Thomas, BERMAN, Sheri (2007). *How Democracies Emerge: The Sequence fallacy*, Journal of democracy.

DINIZ, Francisco (2006). *Introdução ao Crescimento e Desenvolvimento Economico: modelos e agentes do processo*. Lisboa. Edições Silabo, Lda.

DE Oliveira (2011). *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: UFG.

DE CARVALHO FILHO, Manoel Vital (1999). *Assessoria ao Processo de Desenvolvimento Local: Versão Preliminar*. Rio Grande do Norte.

DNEAP (2007:1). *Direcção Nacional de Estudos e Análises Políticas*. Maputo.

FARIA & CHICHAVA (1999:5). *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*. Maputo.

FORQUILHA, Salvador Cadete (2008). “ *Remendo novo em pano velho: O impacto das Reformas de Descentralização no Processo de Governação Local em Moçambique*. In, BRITO, Luís de et al (org). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE.

GUIMARÃES, Maria (2000). *O Debate sobre a Descentralização de Políticas Públicas: um balanço bibliográfico*.

IBIS (2010). *Análise do Acesso do FDD na óptica de Género: Majune, Muembe, Mecanhelas e Mandimba*, Maputo. Relatório final.

ISSUFO, Rossana (2011) *Avaliação do Impacto do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, Criação de Emprego e geração de Renda: Caso do distrito de Moamba (2006-2009)* Trabalho do fim do curso, Licenciatura em Administração Pública, Universidade Eduardo Mondlane.

Instituto Nacional de Estatística (2006: 23). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho*. Relatório Final. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (2014/ 2015) *Inquérito aos Orçamentos Familiares*. Boletim Trimestral. Maputo.

LAKATOS, E. Maria, MARCONI, M. de Andrade (1999:40-41) *Sociologia Geral*. 7ª. edição. São Paulo, Atlas S. A.

MARCONI, Marina Andrade & LAKATOS, Eva Maria (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª edição. São Paulo.

MAE (2005: 18-19). *Perfil do Distrito de Marracuene*, Maputo

MORREIRA, Adriano (1997). *Ciência Política*. Coimbra, Livraria Almedina.

MPD/DNEAP (2007). *Consultoria para análise da execução do OILL nos distritos*. Maputo.

MPD & MPD (2009: 52). Diploma Ministerial n° 67/2009, de 17 de Abril de 2009. *Guião sobre a organização e funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais*, Novembro, 2008. Maputo.

MPD & MF (2009), *Execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (7 milhões). Orientações Metodológicas*, Maputo.

ROSÁRIO, Domingos do (2011). *Descentralização em Contexto de Partido “ Dominante”:* *Ocaso do Município de Nacala Porto*. In, IESE. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2015) *Plano Quinquenal do Governo (2015-2019)*. Moçambique- Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2006) *Estratégia de Emprego e Formação Profissional em Moçambique 2006-2015*. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2011) MAE, MF & MPD, *Manual de Procedimentos do Fundo de Desenvolvimento Distrital*. Maputo.

SOUZA, Paulo Renato (1986:26) *O que são Empregos e Salários*. Brasiliense. São Paulo.

VALÁ, Salím (2009: 15) *O Orçamento de Investimento de Iniciativa Local e a Dinâmica da Economia Rural em Moçambique: resultados, desafios e perspectivas: Economia, Política e Desenvolvimento*. Revista Científica Inter-Universitaria. Vol 1, nº 2. 2010.

VALÁ, Salím (2009: 36) Conferencia Nacional de Administração Pública nº 01. “ Boas Práticas no Âmbito da Reforma do Sector Público em Moçambique”. *Orçamento de Investimento de Iniciativa Local e a dinamização da economia rural em Moçambique (2006-2008): Resultados, Desafios e perspectivas*. Maputo.

II. Legislação

Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro de 1997-*Aprova o quadro jurídico para a Implantação das autarquias locais*, BR nº 7, Iª Série, 2º Suplemento.

Lei nº 3/94, de 13 de Setembro de 1994 - *Aprova o quadro institucional dos Distritos Municipais*. BR nº 20, Iª Série, 2º Suplemento.

Lei nº 9/96, de 22 de Novembro de 1996 – *Emenda Constitucional*. BR nº 47, Iª Série, 1º Suplemento.

Lei n° 8/2003, de 19 de Maio de 2003 – *Estabelece Princípios e Normas de Organização, Competência e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado*. BR n° 20, Iª Série, 1° Suplemento.

Decreto n° 11/2005, de 10 de Junho de 2005- *Aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado*. BR n°23, Iª Série, 2°Suplemento.

Decreto n° 30/ 2001 de 15 de Outubro de 2001 – *Aprova as normas de Funcionamento dos Serviços da Administração Pública*. BR n° 41, Iª Série, 1° Suplemento.

Decreto n° 90/ 2009 de 15 de Dezembro de 2009 – *Aprova o Fundo de Desenvolvimento Distrital, em anexo o seu respectivo regulamento que é parte integrante do presente decreto*.

Diploma Ministerial n° 67/2009, de 17 de Abril de 2009. *Guião sobre a organização e funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais*, Novembro, 2008. Maputo.

ANEXOS

APÊNDICES

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recolha de dados de pesquisa sobre o fundo de desenvolvimento distrital na criação de emprego e renda no distrito de Marracuene

I. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MEMBROS DO CCD/ CCL

Data: -/-2015

Identificação: nome e profissão

1. O que entende por FDD ou Sete milhões?
2. Há quanto tempo é membro do CCL?
3. O que é necessário para ser membro do CCL?
4. Como é o processo de gestão do FDD?
5. Quem aprova os projectos?
6. Que critérios usam para seleccionar os projectos a serem financiados pelo FDD?
7. Como fazem a monitoria do fundo?
8. Qual é o nível de desembolso e reembolso?
9. Como é a interacção entre o CCD e o Governo distrital?
10. Tem enfrentado alguns constrangimentos no processo de gestão do FDD?

**II. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO
DISTRITAL DE MARRACUENE**

Data: -/-2015

Identificação: nome e profissão

1. Oque entende por FDD ou Sete milhões?
2. Quais são os seus objectivos?
3. Qual é o estágio actual do distrito em relação ao FDD?
4. Quais são os mecanismos que o distrito usa para a divulgação do fundo?
5. Quem pode concorrer para o mesmo?
6. Como é que o governo distrital participa na implementação, monitoria e avaliação do FDD?
7. Que análise pode fazer do FDD na promoção do desenvolvimento local ao nível do distrito?
8. É possível ter os instrumentos estratégicos do distrito como o plano económico de desenvolvimento distrital, os relatórios e balanços do FDD desde 2010-2013?.
9. Como são definidos os valores a alocar a cada projecto?
10. De que maneira é entregue o dinheiro ao beneficiário? Em valores ou cheque?
11. Quais foram as despesas efectuadas pelo FDD no período em análise?
12. Como foi feita a distribuição total dos projectos por cada posto administrativo, vila ou bairro?

III. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS BENEFICIÁRIOS DO FDD NO DISTRITO DE MARRACUENE

Data: -/-2015

Identificação: nome, morada

1. Oque entende por FDD ou Sete milhões?
2. Em consiste o seu projecto?
3. Quanto tempo levou para ser aprovado?
4. Quando é que começou a implementar?
5. Quanto dinheiro pediu e quanto recebeu?
6. Quantifique o número de emprego que já forneceu?
7. Que tipo de mudanças o FDD trouxe na sua renda familiar?
8. Teve alguns constrangimentos na implementação do seu projecto?

9. Como foi entregue o dinheiro? Em valores ou em cheque?
10. Que tipo de renda trouxe o seu projecto?

IV. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA MEMBROS DAS COMUNIDADES LOCAIS E A POPULAÇÃO DO DISTRITO

Data: -/-2015

Identificação: nome, profissão, idade

1. Alguma vez ouviu falar do FDD ou Sete milhões?
2. Para que servem?
3. Como é que são adquiridos?
4. Quem se pode beneficiar?
5. Conhece alguém que se beneficiou?
6. Alguma vez já concorreu para ter esse fundo?
7. Se concorresse que tipo de projecto investiria?
8. Acha que o FDD contribui significativamente para o desenvolvimento do distrito?

O Licenciando

Selito Jerónimo Sualehe

Lista de Pessoas Entrevistadas

Pessoa entrevistado/a	Profissão/ Instituição	Local	Data
Eleutério Muiambo	Técnico do INEFP, Maputo Cidade	INEFP, Maputo Cidade	8.07.2015
Augusto Mabutana	Membro do CCD	Secretaria distrital de Marracuene	22.06. 2015
Cândido Sevene	Técnico da repart. Finanças, e trabalha com a ETD	Administ, de Marracuene	18.06. 2015
António R. Chimene	Membro do CCL	Bairro Mapulango	26.06.2015
Américo Macandza	Chefe da local. Ngalunde e membro do CCD	Ngalunde	22.06.2015
Diogo Cavele	Técnico do SDAE	SDAE	18.06. 2015
Calisto Chinguvo	Técnico da repart. Finanças	Na mesma repartição	18.06.2015
Nazaré Mabjaia	Técnico da repat, finanças	Na mesma repartição	18.06. 2015
Felícia de Assunção	Técnica de RH, no SDEJT	Na mesma repartição	22.06.2015
Aníbal bechel	Técnico do SDPI	Na mesma repartição	18.06.2015
António Alage	Beneficiário, proj. Carpintaria	No bairro Faftini	30.06.2015
Arnaldo Wache	Beneficiário, proj. aluguer de materiais de construção	No bairro Possulano	18.06.2015
Célia Feniose	Beneficiaria proj, prestação de Serviços (Salão de Beleza)	Bobole	30.06. 2015
Rosalina Manhiça	Beneficiaria, Agricultura	Ngalunde	03.07. 2015
Helena Machalela	Residente no bairro Agostinho Neto	No mesmo bairro	01.07.2015
Elisa Chirindza	Comerciante	No mercado da vila de Marracuene	30.06.2015
Domingos Nhancale	Pescador	Macaneta	24.06.2015
Ácia Nhabomba	Estudante, escola, secundaria, GwazaMuthini, Marracuene	Na Vila de Marracuene	24.06.2015
Gina Daniel	Estudante	Bairro Memmo	30.06.2015

Fonte: Elaborador pelo pesquisador (2015)